

O bom caminho da dívida

ELMO DE ARAÚJO CAMÕES

Externo

Acaba de ser fechado o acordo preliminar do Brasil com os bancos credores. O acordo prevê que o País receberá empréstimo no montante de US\$ 5,8 bilhões para o refinanciamento dos juros devidos em 1987 e 1988 e parte do primeiro semestre de 1989. O spread que o Brasil vai pagar será igual ao pago pelo México e pela Argentina, ou seja, 0,8125 sobre a Libor, bem inferior àquele que vinha pagando nos acordos anteriores.

Esse montante deverá ser elevado em mais US\$ 600 milhões, relativos a linhas de curto prazo, destinadas ao financiamento de nossas exportações, que seriam repostas por nossos bancos credores.

Desta forma, o Brasil deverá pagar sem grandes problemas o restante dos juros que deve desde janeiro, no valor de US\$ 580 milhões, já que o superávit comercial de janeiro superou as expectativas mais otimistas, tendo ultrapassado a cifra de mais de US\$ 1 bilhão.

Em Washington, para a nossa tranquilidade, o Governo americano vem de anunciar a suspensão das ameaças de retaliações, e ainda se, porventura, no futuro vierem a ser adotadas, não terão efeito reativo.

Nessas condições, abrem-se para o Brasil perspectivas de sua volta ao mercado internacional, lugar do qual nunca deveríamos ter saído. Da análise das informações em nosso poder, podemos assegurar que ficou preservada a soberania brasileira.

Assim, até o final de março deverão to-

dos os bancos credores assinar o acordo durante a reunião do BID em Caracas. Porem, desde já começam as negociações com os outros atores internacionais, tais como FMI, Clube de Paris e Banco Mundial. A missão brasileira espera ter até o final de julho todo o processo concluído. Agora a tarefa fica mais complexa, já que para a assinatura com os demais institutos internacionais o Brasil deverá adotar internamente inúmeras providências. O Governo deverá buscar um maior controle sobre a inflação, cortando no que for possível o déficit público.

Alguns estão achando que não adianta dizer que a folha de salários do Governo é de 106 por cento da receita fiscal. Que se trata de idéia sutil e que não convence.

Nós pensamos completamente diferente. Achamos que as autoridades estão firmemente empenhadas na redução do déficit e já estão dando provas com as medidas tomadas nos últimos dias. Assim, pode-se perfeitamente chegar a acordo com o FMI e cumpri-lo sem grandes dificuldades.

Cabe aqui salientar que alguns estão fazendo contas totalmente equivocadas, a partir do fato de que o Brasil vem utilizando suas reservas sem ao menos ter assinado a minuta do acordo com os bancos credores.

Essa preocupação levantada por alguns economistas não tem a menor consistência, já que, embora antecipando o pagamento de parte dos juros, o Brasil deverá receber dinheiro novo (bancos credores —

FMI — Banco Mundial — Clube de Paris) suficiente para chegar ao final do ano com o equivalente a mais de US\$ 500 milhões acima das atuais reservas.

A esse total devem ser acrescentados os bons resultados que deverão ocorrer com nossas exportações, beneficiadas agora com o aumento do prazo de financiamentos, que já está ocorrendo e, também, com o montante das linhas de crédito aumentadas pelos bancos credores. O superávit comercial estimado para 1988 é equivalente a aproximadamente 12 bilhões de dólares, e o mês de janeiro nos dá prova suficiente que estamos no caminho certo. Finalmente, o acordo representa um alívio tanto para credores como para devedores. Se o Brasil ajudou os bancos internacionais a solucionarem seus problemas, conseguimos, de outra parte, a boa vontade dos mesmos para novos empréstimos destinados ao pagamento de juros que deveria mos fazer.

Finalmente, cabe esclarecer que as condições do acordo são boas, no que diz respeito a taxas, prazos, principalmente se considerarmos que o mesmo está sendo assinado dentro da maior crise financeira internacional. Estão de parabéns negociadores e Governo.

Agora é só aguardar a fase final das negociações, que promete lances interessantes e outra vez exigirá paciência e habilidade dos negociadores.

Elmo de Araújo Camões é Presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais.